

A REPRODUÇÃO SOCIAL NAS PERIFERIAS DO CAPITALISMO GLOBAL

Social reproduction on the peripheries of global capitalism

Mirian Monteiro Kussumi*

RESUMO

O presente artigo busca apresentar como a reprodução social – que funciona como condição de possibilidade para a manutenção do capitalismo – se manifesta de modos diferentes a partir no eixo centro-periferia do sistema capitalista global. Enquanto a imagem da mulher como dona de casa teria sido amplamente difundida nos países de capitalismo avançado, observamos uma realidade distinta nas localidades periféricas. Tal ponto é perceptível atualmente na medida em que o trabalho reprodutivo é realizado na qualidade de atividades mal remuneradas e informais, performadas sobretudo por mulheres racializadas. Sendo reflexo do movimento de auto expansão e acumulação do capitalismo, cuja origem remonta o colonialismo, o trabalho de reprodução social nos países periféricos apresentaria uma divisão do trabalho de gênero que seria concomitantemente racial.

Palavras-chave: Reprodução social; formações sociais periféricas; trabalho informal; divisão do trabalho racial e de gênero.

ABSTRACT

This article aims to discuss how social reproduction – which is responsible for maintaining capitalism – is different when analyzed in light of center-periphery relations in global capitalism. While the “housewife” model would have been predominant in advanced capitalist countries, in peripheral regions reproductive labor is distinct from this type of domestic worker. This point seems to be evident today as reproductive work in capitalist peripheries is carried out as precarious and informal jobs, mostly performed by racialized women. Since capitalism is a system of accumulation that expands itself, that had its origins in colonial times, reproductive labor in peripheral countries is not only a manifestation of this capitalist tendency, but it also displays a gender division of labor that is simultaneously a racial one.

Keywords: Social reproduction; peripheral social formations; informal labor; gender and racial division of labor.

*Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui graduação e mestrado em filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutorado em filosofia pela Puc-Rio. Atualmente, realiza uma pesquisa de pós-doutorado no departamento de filosofia da UFRJ, na linha de pesquisa Gênero, raça e colonialidade, integrando o laboratório “Filosofias do tempo do agora”. E-mail: monteiro.kussumi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4275-6055>.

1. INTRODUÇÃO

O problema da reprodução social possui uma centralidade especial no que se refere às discussões do feminismo marxista. Embora tal noção possa ser compreendida de forma mais ampla como reprodução da sociedade de modo lato, Marx não apenas determina o processo reprodutivo como referente à renovação da força de trabalho como commodity, como ainda o considera como fator indispensável para a manutenção do sistema capitalista (Marx, 2013, p. 641-649). Contudo, segundo a análise da produção de mercadoria em sentido estrito desenvolvida n'O Capital, (Marx, 2013, p. 273), a reprodução é excluída do circuito produtivo, mesmo que funcione como condição mesma da reprodução do trabalho necessária para a produção. Diante desse caráter contraditório relacionado à categoria da reprodução social (que é necessária, pois reproduz a força de trabalho, mas é também considerada teoricamente como improdutiva, pois não produz mercadoria), o feminismo marxista retoma o problema da reprodução social identificando-o com atividades tipicamente femininas referentes ao trabalho doméstico. Mesmo que a investigação de Marx não tenha abordado de modo contundente as relações de gênero no que se refere à reprodução social, coube ao feminismo marxista reivindicar essa problemática (Benston, 1969; Dalla Costa; James, 1972; Secombe, 1974; Smith, 1978). Essa releitura da reprodução social teria, assim, desencadeado uma série de interpretações teóricas que ocuparam o debate das feministas – como as materialistas francesas, as autonomistas, as teóricas da reprodução social, sobretudo a partir da teoria unitária.

De modo geral, o que parecia animar tais discussões no início desse debate (nas décadas de 1960 e 1970) dizia respeito ao status do trabalho doméstico não remunerado nas economias capitalistas, que por sua vez impunha às mulheres um lugar de exploração. O trabalho doméstico foi apropriado como etapa indispensável para o capitalismo, mesmo invisibilizado e não pago. Essa modalidade de trabalho de reprodução social, não remunerado, efetivado apenas pela dona de casa para sua família, é, contudo, ultrapassada quando observamos o trabalho doméstico contemporâneo, principalmente com o estabelecimento de governos neoliberais nos chamados países periféricos do capitalismo (Vásconez, 2012, p. 45-46). O que se observa é como o modelo de dona de casa nos países centrais do capitalismo não corresponde ao trabalho doméstico feminino nas periferias, este que se manifesta como atividade laboral informal e mal remunerada. Desse modo, embora a teoria da reprodução social (TRS), elaborada pelo feminismo marxista, tenha começado o debate sobre o trabalho doméstico a partir da modalidade do trabalho não pago da dona de casa, ultimamente, ela busca dar conta das atividades domésticas que agora são oferecidas na qualidade de serviços a partir de algum grau de remuneração, sendo performadas sobretudo por mulheres racializadas (Bakker;

Silvey, 2008; Ferguson; McNally, 2017; Bhattacharya, 2017).

Cabe, entretanto, a pergunta: o que proporcionou essa mudança de eixo e foco na teoria da reprodução social operada pelas feministas? Em outras palavras, de que modo houve essa diferenciação interna no próprio modelo de trabalho feminino – que em períodos anteriores ao capitalismo era compreendido como trabalho doméstico somente para subsistência da família e que, com a consolidação e desenvolvimento do sistema capitalista, se torna trabalho na qualidade de serviços (muitas das vezes informal), com má remuneração e, na maior parte das vezes, efetuado por mulheres racializadas das periferias do capitalismo? E na medida em que a questão da racialização do trabalho doméstico mal remunerado é principalmente manifesta nos países periféricos do capitalismo, é possível dizer que há uma forma de trabalho doméstico especificamente periférico, que se diferencia do tipo de trabalho reprodutivo dos países de centro?

A partir de uma análise teórico-explicativa, buscamos primeiramente demonstrar o desenvolvimento conceitual da noção de “reprodução social” na Teoria da Reprodução Social (TRS) – que, como já apontamos anteriormente, começa com a discussão do trabalho doméstico não remunerado, mas que ao longo do tempo aumenta seu escopo teórico e passa a abranger também o trabalho doméstico remunerado, revitalizando o debate ao incorporar as questões das mulheres racializadas no debate. Nesse primeiro momento, buscamos fazer uma revisão crítica da literatura produzida pela TRS. Depois, buscamos comparar como o problema da reprodução social pode ser compreendido a partir da noção axial de centro-periferia desenvolvida pela teoria dos sistemas-mundo e da teoria da dependência. Nosso intuito com esse esforço teórico-comparativo é justamente demonstrar de que modo a teoria dos sistemas-mundo e da dependência são válidas para compreender como há uma distinção entre o trabalho doméstico nas periferias e nos centros, dadas as diferenciações sócio-históricas dessas áreas geográficas.

É com a teoria dos sistemas-mundo e da dependência que podemos compreender como a expansão do capitalismo supõe formações sociais distintas entre as regiões de centro e de periferia. Isso se deve ao fato de que estruturas sociais tradicionais nos países pré-capitalistas são historicamente modificadas, reformuladas, à medida que a expansão e incorporação ao sistema capitalista se desdobra em escala global, principalmente a partir de um processo de colonização. É a partir desse recorte teórico que nos propomos demonstrar como haveria não apenas uma forma periférica do capitalismo, mas como ela se manifesta no tipo de trabalho doméstico na qualidade de serviços, informal e mal remunerado – que se presentifica inclusive no Brasil. Quando aproximamos a concepção de reprodução social desenvolvida pela TRS com a teoria dos sistemas-mundo e da dependência, propomos uma abordagem aprofundada de como o capitalismo se

desenvolve nas periferias, de modo a explicar seu recorte racial e de gênero.

Por conseguinte, um aspecto que seria determinante para a caracterização do trabalho reprodutivo nas periferias seria justamente uma divisão racial e de gênero do trabalho, que não era devidamente contemplada nos primórdios do debate sobre a reprodução social – problema que será abordado na última seção do nosso texto. A conclusão que buscamos delinear a partir das análises teóricas elaboradas aqui é como o trabalho doméstico (entendido como reprodução social em um enfoque do feminismo marxista) se diferencia a partir do eixo centro-periferia: enquanto esse tipo de trabalho foi compreendido no início da TRS como um trabalho doméstico nos centros do capitalismo, não remunerado, nas periferias ele é efetivado na qualidade de serviços (diaristas, babás, cuidadoras, cozinheiras etc.) mal remunerados e informais, predominantemente feito por mulheres racializadas.

2. PRODUÇÃO CAPITALISTA E REPRODUÇÃO SOCIAL

O acirrado debate sobre a reprodução social, dentro do feminismo marxista, encontra sua explicação em uma contradição fundamental: o lugar do trabalho reprodutivo em uma economia capitalista. Segundo Marx n’O Capital, o circuito produtivo diz respeito à produção de mercadoria, que abrange uma “unidade dos processos de trabalho e de formação de valor” (Marx, 2013, p. 273). Em contrapartida, o escopo da reprodução social seria referente à manutenção do sistema capitalista, aquilo que determina a sua preservação. É a partir dessa delimitação categorial que a reprodução social se torna vinculada à força de trabalho e à sua capacidade de renovação enquanto subsistência – renovação da própria força de trabalho, ou seja, do trabalhador enquanto commodity. A relação entre reprodução social e renovação da força de trabalho é explícita no próprio texto marxista que acentua a reprodução das funções vitais do trabalhador: havendo um certo tipo de consumo individual, a renovação da força de trabalho serviria não só para “reproduzir os músculos, os nervos, os ossos, o cérebro dos trabalhadores existentes”, mas também para a produção de “novos trabalhadores” (Marx, 2013, p. 647).

Nesse aspecto, é justamente a partir da noção marxista de manutenção/renovação da força de trabalho que observamos como, dentro da história do pensamento feminista, algumas autoras e ativistas reivindicaram o conceito de reprodução social, acentuando a ligação deste último com as atividades domésticas. O texto precursor do tratamento do trabalho doméstico como trabalho feminino e indispensável para o capitalismo foi o *The Political Economy of Women’s Liberation*, de Margaret Benston, publicado em 1969 (Benston, 1969). Contudo, a nosso ver, a contribuição mais

simbólica sobre essa problemática foi o texto de Della Costa e James (1972), *The Power of Women and the Subversion of the Community*. Ali não apenas é feita a associação entre trabalho doméstico e o conceito marxista de reprodução social, mas também é posta em relevo a dependência da produção capitalista em relação ao trabalho doméstico feminino. As análises teóricas do feminismo marxista demonstraram, portanto, como as atividades domésticas feitas pelas mulheres para a subsistência da sua família eram essenciais para a manutenção do capital: atividades como passar, lavar, cozinhar, criar os filhos e cuidar da casa funcionariam como o próprio trabalho de subsistência por trás da noção de reprodução social. E como essas funções estavam ao encargo das mulheres, se trataria de um problema não restrito à classe, mas também ao gênero. Se a reprodução social funcionava como uma condição de possibilidade para a produção capitalista, uma vez que garantia a manutenção da categoria do trabalho, pairava no ar a pergunta não só sobre como acontecia esse tipo reprodutivo, mas quem performava as atividades necessárias para tal finalidade. Desse modo, evidenciou-se como o trabalho da reprodução recaía majoritariamente sobre as mulheres – problema que ganhou projeção teórica sobretudo nas décadas de 1960 e 1970. Ao evidenciar a relação entre o conceito de reprodução social marxista e o trabalho doméstico, uma gama de outras autoras feministas consolidaram uma tradição de leitura, como é o caso das feministas materialistas francesas, das autonomistas italianas e das teóricas da reprodução social (Vogel, 2013, p. 13-29; Arruzza, 2010, p.95-105).

Embora seja de grande riqueza teórica a discussão sobre o percurso feminista no que se refere ao tema da reprodução social, não é possível abordar esse tópico de modo pormenorizado aqui. Cabe, entretanto, retornar à contradição fundamental que apontamos acima sobre o status do trabalho reprodutivo na teoria marxista: por um lado, diz respeito a atividades que se colocam como indiscutivelmente essenciais para o capitalismo. Porém, quando contrastadas com a teoria marxista elaborada n’O Capital, elas estariam excluídas do circuito produtivo, uma vez que não produziram mercadorias de modo estrito (Marx, 2013, p. 273). A exclusão da reprodução social da esfera produtiva de commodities significou que as atividades domésticas performadas pelas mulheres (cuidar da casa e dos filhos, preparar refeições etc.) foram interpretadas por muitos scholars marxistas como um “não trabalho” ou então como trabalho não remunerado. Essa concepção foi levantada a partir da análise literal da letra marxista, uma vez que se tratava de um conjunto de atividades que 1. Não produziam valor de troca, apenas valor de uso imediato (Secombe, 1978; Vogel, 2013); 2. Não participavam da circulação monetária (Benston, 1969), pois não possuíam remuneração; e 3. Por não ser remunerado e não produzir valor de troca, não estaria compreendido como trabalho abstrato, ou seja, trabalho social (Smith, 1978).

Desse modo, o entendimento do que seria a reprodução social a partir do enfoque do trabalho doméstico nas décadas de 1960 e 1970 foi, predominantemente, marcado por atividades não pagas, feitas no interior do lar e referentes à subsistência da família e criação dos filhos. Esse fator de domesticidade e não remuneração foi inclusive fomentado pela própria consolidação do papel social da dona de casa, sustentada pelo marido provedor. Historicamente, tais noções teriam se cristalizado mantendo a própria delimitação entre âmbito produtivo (público) e âmbito privado (doméstico): enquanto os homens ocupavam o lugar de trabalhadores inseridos no circuito produtivo em sentido estrito, ocupando o lugar público, ou seja, fora do lar, as mulheres se destinavam ao trabalho reprodutivo no interior da família, mais especificamente do trabalho doméstico (Mies, 1986, p. 109-110).

Maria Mies comprova esse ponto ao demonstrar como a hierarquia de gênero teria se cristalizado em tais categorias sociais que, respaldadas cultural e ideologicamente, foram estrategicamente mobilizadas para os fins do próprio capitalismo. De acordo com a autora, o “capitalismo não destruiu, como acreditavam Engels e Marx, a família; pelo contrário, com a ajuda do Estado e da sua política, criou a família primeiro nas classes proprietárias, depois na classe trabalhadora, e com ela a dona de casa como categoria social” (Mies, 1986, p. 105). Se em um primeiro momento essa tese nos parece contraditória, na medida em que é sabida a participação de mulheres e crianças no sistema fabril do capitalismo industrial no século XIX, Mies aponta sobre como o processo de domesticação das mulheres, que era comum nos círculos aristocráticos e burgueses, também se tornou a regra na realidade proletária. Embora a extrema exploração das mulheres e do trabalho infantil fosse inicialmente um mecanismo para a redução dos custos produtivos (diminuição do capital variável gasto na produção), a longo prazo isso se torna um problema, pois níveis de superexploração, interferindo na própria reprodução sexual das mulheres, comprometeriam as próximas gerações de trabalhadores (Mies, 1986, p.105).

Por conseguinte, após a segunda guerra mundial, a figura da dona de casa será o que protagoniza a noção de reprodução social enquanto trabalho doméstico, inclusive para parte das primeiras feministas marxistas que trataram da noção de reprodução social – como é o caso já citado de Benston (1969) e Della Costa e James (1972). Isso se evidencia pelo próprio estado de discussão sobre o tema, que no início dos debates do feminismo marxista, orbitou ao redor de um modelo de trabalho não pago, feito apenas para a família – que, como mostramos acima, para boa parte dos scholars marxistas, não produziria valor de uso, nem estaria incluído no circuito monetário e nem seria considerado trabalho social. A categorização social da dona de casa (cuja consolidação ideológica ao longo da história foi descrita por Maria Mies, tal como vimos acima), se torna o

modelo que estrutura a organização familiar nos países do capitalismo avançado, modelo estrategicamente formulado e propagado para fins capitalistas. A mulher, sustentada financeiramente pelo homem, seria encarregada de performar as atividades de reprodução social enquanto manutenção da casa e criação dos filhos, não só permitindo que o trabalhador dedicasse sua força de trabalho para o circuito produtivo, mas também se encarregando da criação de novas gerações de mão-de-obra que, subsequentemente, seriam absorvidas também pelo mercado.

Entretanto, cabe a pergunta: é possível dizer que esse par definatório (homem provedor e dona de casa) teria se tornado uma regra universalizável? Vimos que a reprodução social enquanto trabalho doméstico não remunerado é historicamente aplicado às mulheres. Porém, é possível dizer que nas localidades fora dos centros do capitalismo tais categorias sociais também são a base da organização familiar – organização que havia sido questionada pelo feminismo marxista, principalmente pelas autonomistas? De modo mais elementar: poderíamos projetar essa mesma estrutura para espaços que estão fora dos países do capitalismo avançado, aquilo que entendemos como periferias¹ do sistema capitalista já em escala global?

3. A REPRODUÇÃO SOCIAL NAS PERIFERIAS DO SISTEMA CAPITALISTA

Na seção anterior, observamos como a separação entre homem provedor e dona de casa havia sido sustentada como garantia da manutenção mesma do sistema capitalista. Essa organização seria fundamental para países centrais do capitalismo, cujo modelo produtivo era suficientemente consolidado. Entretanto, é importante notar que essa organização não se apresentava de modo uniforme na totalidade do capitalismo global. Esse ponto é abordado por Barbara Laslett e Johanna Brenner (1989) que indicam que o modelo familiar exibia composições divergentes daquele referente ao homem provedor e mulher dona de casa:

Embora variando de acordo com o tempo e o espaço, as unidades familiares da classe trabalhadora e dos imigrantes não conseguiam atingir o mesmo tipo de polaridade entre o lar e o local de trabalho que definiam esferas separadas na classe média. Mesmo no final do século XIX, apenas os trabalhadores do sexo masculino altamente qualificados e sindicalizados ganhavam salários suficientes para serem os únicos provedores das suas famílias. E a família com o homem provedor [male breadwinner Family] nunca foi dominante na comunidade negra (Jones 1985; Lebsack 1984). Enquanto as mulheres brancas eram cada vez mais definidas pelos seus papéis maternos/domésticos, a sociedade em geral definia as mulheres

¹ É necessário esclarecer que os termos relacionais “centro e periferia” estão sendo abordados no presente artigo a partir da Teoria dos sistemas-mundo e das análises da Teoria da dependência, algo que veremos pormenorizadamente mais à frente no texto. A abordagem proposta não contempla as investigações sobre o conceito de periferia dentro do enquadre de espaços urbanos locais, seguindo o recorte organizativo no interior de grandes cidades/metrópoles. Antes, buscamos analisar tais conceitos em sua acepção geopolítica a partir das teorias supracitadas, algo que hoje em dia encontra certa ressonância nos conceitos de Norte e Sul globais.

raciais/étnicas predominantemente como trabalhadoras (Laslett; Brenner, 1989, p. 389).

O que essa citação demonstra é que embora o papel do trabalhador assalariado e provedor da família fosse uma realidade, havia um recorte racial que não obedecia a essa classificação. E se, de um lado, dentro da comunidade negra, os homens não necessariamente ocupavam o lugar do trabalhador assalariado, por outro, as mulheres não estavam restritas ao lar, performando exclusivamente o trabalho doméstico. O mesmo argumento é sustentado por Evelyn Glenn (1985), que apontou que as mulheres não brancas nunca estiveram fora da produção pública na realidade estadunidense. Ao contrário, as mulheres negras desde o tempo escravocrata estavam envolvidas em trabalho agrícola, as mulheres sino-americanas frequentemente estavam engajadas em trabalho não remunerado em empresas familiares e as latinas, sobretudo mexicanas, embora mais confinadas ao lar, performavam várias atividades efetivamente produtivas que iam além do trabalho doméstico. Em suma, “uma definição da natureza da mulher (*womanhood*) exclusivamente em termos de domesticidade nunca se aplicou a mulheres racializadas, como tampouco a várias mulheres trabalhadoras” (Glenn, 1985, p. 102).

O que se percebe é que as próprias categorias de homem provedor e mulher dona de casa não possuem uma abrangência universal. Mesmo tendo em vista países de capitalismo avançado, como é o caso dos Estados Unidos, é possível determinar uma subordinação de homens racializados no mundo de trabalho, de modo a gerar uma espécie de cisão interna entre trabalhadores brancos e trabalhadores de outras etnias (sobretudo imigrantes). Essa divisão seria um reflexo do próprio movimento de marginalização dessas comunidades, sub-repticiamente empurradas para atividades de remuneração inferior e de informalidade com a ajuda do Estado – seja sob o ponto de vista legislativo, seja a partir do corpo burocrático estatal (Barrera, 1979, p.167-170; Mohandesi; Teitelman, 2017, p. 51-60). Para tais comunidades, portanto, o acesso a melhores empregos se torna praticamente impossível, o que justamente contradiz a posição do homem proletário e sindicalizado, responsável pelo sustento familiar. O mesmo acontece, portanto, com as mulheres. Mesmo no interior da divisão sexual do trabalho (que já separa o trabalho produtivo do reprodutivo a partir de um marcador de gênero), há ainda um segundo fator necessariamente determinante, a saber, raça. Ainda dentro da análise de Glenn (1985), é possível sintetizar o arco histórico do sistema capitalista norte-americano no que se refere às mulheres: já no período inicial de industrialização, mulheres imigrantes e racializadas eram empregadas como serviçais em casas de família com a finalidade de performar o trabalho doméstico para famílias brancas e, assim, tornar possível o ideal da mulher dona de casa de classe média. Instaura-se uma divisão tripartite do trabalho dentro da casa, com a mulher branca de classe média no topo da hierarquia, sucedida por imigrantes brancas e, na base,

mulheres racializadas. A estrutura dessa divisão teria se perpetuado no período do capitalismo industrial avançado pós-Segunda Guerra:

Na medida em que o capital se apossou de mais áreas da vida, as atividades reprodutivas também foram cada vez mais deslocadas no lar [household] e se tornaram serviços pagos rendendo lucros (Braverman, 1974). Hoje, tais atividades como cuidados com os mais velhos (lares de idosos), preparar refeições (restaurantes e cadeias de fast food) e prover apoio emocional (serviços de aconselhamento) foram trazidos para interior do circuito do dinheiro. Na medida em que isso ocorreu, as mulheres foram incorporadas na força de trabalho para performar essas tarefas por remuneração. Dentro desse trabalho reprodutivo público, tipicamente feminino, entretanto, há uma estratificação adicional por raça. Mulheres racializadas performam o trabalho mais servil e menos desejável. Elas preparam e servem comida, limpam salas e trocam lençóis, enquanto mulheres brancas, empregadas como semiprofissionais ou trabalhadoras de escritório, performam atividades mais qualificadas e administrativas (Glenn, 1985, p. 104).

Embora essas análises tenham como objeto a realidade histórico-social dos Estados Unidos, é possível perceber algo similar no Brasil. Se, por um lado, o processo de industrialização brasileira contou com a presença de mulheres e crianças na virada do século XIX para o XX, por outro, as mulheres participavam majoritariamente das indústrias de fiação e tecelagem, com escassa mecanização, estando ausentes de setores como metalurgia, calçados e mobiliário, ocupados por trabalhadores do gênero masculino (Rago, 2004). Nesse sentido, apesar de um número elevado de trabalhadoras nos primeiros empreendimentos industriais brasileiros, isso não significa que houve uma progressiva presença das mulheres no mercado fabril, “ao contrário, as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fábricas, na medida em que avançam a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina” (Rago, 2004, p. 582). Na medida em que as mulheres não eram incluídas em trabalhos formais nas indústrias brasileiras, sua mão-de-obra passou a ser continuamente absorvida no setor de serviços, que consistia nas mesmas atividades reprodutivas inerentes ao trabalho doméstico, mas que ocorriam de forma remunerada. Ou seja, como empregadas domésticas que trabalhavam em domicílio (Saffioti, 1978, p. 52), lavando, passando, limpando e cozinhando em troca de uma remuneração.

O que se conclui de todas essas considerações é que parte considerável do trabalho feminino persiste como composto por atividades domésticas com a finalidade de garantir a manutenção da família e reprodução do lar –, mas que agora se evidenciam como absorvidas pelo mercado, e assim, submetidas a relações monetárias – fatores que teóricos marxistas indicavam como os próprios critérios para determinar se uma atividade era ou não capitalista. Ao lembrar quais eram os princípios teóricos que a ortodoxia marxista se servia para a exclusão do trabalho reprodutivo no circuito produtivo era o fato de que 1. não havia a produção de mercadoria (logo não havia um valor de troca gerado), o que implicava na exclusão do trabalho feminino do mercado e 2. as atividades reprodutivas femininas eram, portanto, excluídas da tipologia do trabalho social, abstrato e

localizado na esfera pública. Confrontadas com as atividades laborais das mulheres em países com capitalismo periférico, tais proposições encontram uma limitação, pois evidenciam que a teoria marxista ortodoxa falha em considerar a diversidade da reprodução social em países que saem do modelo de um capitalismo avançado.

A evidência de que o trabalho de reprodução social não foi devidamente investigado envolve, portanto, uma mudança na própria perspectiva teórica: é então que a teoria feminista, longe de permanecer indiferente ao hiato que separa a realidade das mulheres entre centro e periferia (que demonstra uma diferença no grau de exploração e desigualdade social), dá um passo à frente no esforço de analisar o trabalho reprodutivo feminino atual. Desse modo, é possível retrair sinteticamente o desenvolvimento do feminismo marxista como propôs Carmen Teeple Hopkins:

Primeiro, as feministas marxistas autonomistas sustentam que o trabalho doméstico não remunerado gera valor de troca e que o domínio da reprodução é temporal e espacialmente separado da esfera da produção. Em segundo lugar, as feministas marxistas definem o trabalho doméstico não remunerado apenas em termos de valor de uso. Finalmente, as feministas negras mostram que o trabalho não remunerado começou durante o comércio transatlântico de escravizados. Eles desconstruem as divisões nítidas entre tempo em casa/tempo no trabalho e o espaço privado/público: as mulheres escravizadas podiam ser solicitadas a realizar tarefas a qualquer momento, e algumas mulheres trabalhavam no interior das casas dos proprietários de escravos, enquanto outras trabalhavam nos campos agrícolas (Hopkins, 2017, p.136).

Em primeiro lugar, a novidade na citação acima diz respeito a um terceiro reposicionamento teórico que supera as posições tanto das autonomistas quanto das marxistas clássicas. É o esforço analítico e de investigação histórica das feministas negras que lançou luz sobre o trabalho feminino cuja finalidade não é a pura subsistência da família, mas uma ocupação incorporada ao trabalho produtivo. Em outras palavras, o trabalho de reprodução social que ora é conjugado ao trabalho produtivo, a ponto de indistinção entre tais atividades, ou ainda como trabalho fagocitado por relações de mercado. É a partir do conjunto de evidências de feministas negras que se abre espaço para uma nova caracterização fundamental na compreensão do trabalho doméstico na contemporaneidade: o fato de que a divisão entre a esfera pública da atividade econômica e o domínio privado do lar perde sua nitidez.

Dentro de uma lógica capitalista atual, esse fenômeno é evidenciado na medida em que o trabalho doméstico (na condição de serviços) torna a reprodução social uma atividade remunerada – o que implica a sua subsunção à lógica da troca e do dinheiro. Nesse aspecto, “esta interligação entre casa e trabalho fez do trabalho doméstico remunerado um excelente exemplo da sobreposição de espaços de produção e reprodução” (Hopkins, 2017, p. 138). Essa sobreposição representa uma conflituosidade em termos sociais, pois, de fato, envolve atividades domésticas que antes eram

performadas no interior familiar e que passam a ser remuneradas em dinâmicas informais. Há, desse modo, uma inadequação com o tipo de trabalho fabril tradicional nos centros do capitalismo e esse modelo periférico de atividades femininas. Como veremos a seguir, argumento que essa discrepância surge como o próprio reflexo da instituição do sistema capitalista que se expande para as áreas periféricas do mundo, gerando certas distorções que tendem a se transformar em crises sociais, sobretudo no que se refere ao mundo do trabalho e da reprodução social.

4. A DIVISÃO DO TRABALHO NA RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA

Buscamos demonstrar na seção anterior de que modo o problema da reprodução social enquanto trabalho doméstico não remunerado não contemplava o trabalho feminino fora dos países centrais do capitalismo. Isso foi evidenciado, sobretudo, a partir da imagem da dona de casa no pós-guerra, que performava as atividades domésticas apenas no âmbito do lar, para a subsistência e manutenção da própria família. Nos países que são entendidos como periféricos, o trabalho feminino se manifesta não apenas como informal, na qualidade de serviços, como ainda tendo uma remuneração insuficiente. Aqui, torna-se, portanto, necessário trazer uma definição da reprodução social que não se centre no modelo de trabalho não pago de donas de casa que floresceu principalmente nas primeiras discussões da TRS (como vimos anteriormente). Pois, no caso das periferias, trata-se de atividades que também compreendem trabalho doméstico, mas como atividades terceirizadas, sendo produzidas por cuidadoras, babás, empregadas domésticas, diaristas, mulheres que produzem refeições “para fora” etc. É também característica dessas atividades laborais funcionarem como trabalhos informais (sem contrato de trabalho previsto por lei), quanto economicamente desregulados (sem um salário fixo mensal).

Quando afirmamos que o trabalho doméstico feminino nas periferias do capitalismo é marcado por atividades terceirizadas, na qualidade de serviços que tanto podem estar em uma situação de informalidade, de irregularidade ou má remuneração – como é o caso de diaristas brasileiras – buscamos apontar para como o modelo de dona de casa ou de mulheres que trabalham fora e acumulam dupla jornada nunca se aplicou nessas áreas periféricas. É verdade que em vários casos, nos próprios países de centro do capitalismo, o modelo de dona de casa não era aplicável de modo generalizado (Coulson, et al., 1980). Da mesma forma, há uma extensa literatura que trata do problema de como o trabalho doméstico remunerado se dá nos países centrais, mas quase sempre salientando a tendência de que são mulheres migrantes das periferias que mais efetuam esses serviços (Falquet, 2006, p.16). Esse tipo de fenômeno apenas confirmaria a tendência de que

mulheres periféricas, normalmente racializadas, são as que mais se inserem no tipo de trabalho doméstico remunerado. Isso confirma também a ideia de que haveria uma divisão internacional do trabalho no que se refere ao trabalho doméstico. Essa tendência é afirmada por Maria Mies quando a autora analisa o processo de tornar as mulheres donas de casa, o que ela define como *Housewifization*:

Esta estratégia foi desenvolvida pela primeira vez, como vimos, na Europa dos séculos XIX e XX e nos EUA. A domesticação era o complemento necessário para a criação do proletário “livre”. Mas enquanto na Europa e nos EUA muitos trabalhadores podem dar-se ao luxo de alimentar uma dona de casa “que não trabalha” (devido à exploração das colônias), as vastas massas de homens do Terceiro Mundo nunca estarão em condições de ter uma dona de casa “que não trabalha” em casa. Por conseguinte, a estratégia de geração de rendimentos para as mulheres baseia-se numa imagem da mulher que não tem qualquer base empírica entre a maioria das mulheres do Terceiro Mundo. No Caribe, mais de um terço dos agregados familiares não é chefiado por um homem (cf. Reddock, 1984). Estudos recentes revelam que o número de agregados familiares chefiados e sustentados economicamente por mulheres está a aumentar, sobretudo nas zonas rurais da Ásia, África e América Latina (Mies, 1986, p. 119).

O objetivo de Maria Mies é demonstrar de que modo existe uma divisão internacional do trabalho que se organiza a partir de países entendidos como subdesenvolvidos e países que são considerados de capitalismo avançado. A autora afirma de modo claro como mulheres periféricas trabalham para a sobrevivência, enquanto nos centros o modelo de domesticação das mulheres é mais comum. Essa diferenciação é consistente com a organização dos sistemas-mundo no que se refere ao eixo centro-periferia. É também Mies que demonstra como as mulheres no terceiro mundo (das periferias) trabalham para produzir com a finalidade de abastecer o centro do capitalismo e, assim, satisfazer seu consumo (Mies, 1986, p. 118). A partir do problema do trabalho doméstico, essa divisão encontra relevo na medida em que as mulheres periféricas perfazem o tipo de trabalho mais exploratório e precário que, se por um lado não condiz com o modelo de trabalho formal dos centros do capitalismo, por outro apresenta uma espécie de transferência direta de valor – algo afirmado por Belén Villegas Plá:

Como já referi anteriormente, o trabalho doméstico e de cuidados contribui para a reprodução da sociedade dos mercados, aumentando assim os lucros do capital através da extração do trabalho das mulheres para sustentar a esfera produtiva (Gago, 2019; Federici, 2012). Assim, através das cadeias globais de cuidados, o trabalho de cuidados não remunerado ou mal pago da periferia torna-se uma mercadoria (no mercado formal ou informal) que subsidia não só as famílias, mas também mercados no centro (Plá, 2023, p.13).

O que explicaria, desse modo, esse hiato entre centro e periferia, cujo fundo histórico se reflete nas formas em que o trabalho de reprodução social se manifesta? Uma possível hipótese que responde a esse problema remonta à própria organização do sistema capitalista em sua dinâmica global – e que, inclusive, é abordado por Marx. Começamos nossa argumentação com a definição

que Marx oferece n’*O Capital* do sistema produtivo capitalista. Entretanto, é necessário considerar uma concepção adicional que excede a análise interna do circuito de produção, a saber, o caráter do capitalismo de ser um sistema de acumulação² que se auto-expande continuamente. O caráter acumulativo pode ser contemplado n’*O Capital* em consonância com a circularidade da produção de commodities. Produz-se mercadorias com valor de troca que, por sua vez, geram mais valia. Subsequentemente, parte da mais valia retorna na produção reconvertida em capital. Já em relação à auto-expansão, podemos observar de que modo há um movimento expansivo que supõe que áreas até então fora do capitalismo passam a ser incorporadas à dinâmica econômica e social desse sistema. Os maiores movimentos expansivos do capitalismo seriam, desse modo, os processos de colonização que marcaram regiões das Américas, Ásia e África.

Um dos elementos perceptíveis na dinâmica de colonização é o engolfamento de áreas não capitalistas para dentro do sistema acumulativo, gerando a desestruturação de formações sociais tradicionais nas localidades incorporadas ao Capital. Nos *Grundrisse*, Marx determina de que modo “o comportamento do trabalho em relação ao capital, ou às condições objetivas do trabalho como capital, pressupõe um processo histórico que dissolve as diferentes formas em que o trabalhador é proprietário, ou em que o proprietário trabalha” (Marx, 2011, p. 408). Essa modificação envolve mudanças nos regimes de propriedade de terra, no modo como os indivíduos são proprietários dos instrumentos de trabalho, nas relações com os meios de consumo e nas condições objetivas de produção. Para Marx, o processo moderno de produção apresenta a dissolução das próprias formas tradicionais de relação de trabalho e relações com o mundo natural – algo que pode ser observado no processo colonial.

É dentro desse recorte marxista que observamos de que modo o desenvolvimento do capitalismo, longe de ser um movimento homogêneo, teria instaurado diferenças geopolíticas que consolidam uma divisão entre áreas distintas: se, por um lado, as localidades de capitalismo avançado apresentaram historicamente um tipo de trabalho formal, que no pós-guerra seria o modelo fordista, nas áreas das periferias do capitalismo o que se tem é uma forma laboral marcada pela informalidade e má-remuneração. Embora a concepção de acumulação primitiva de Marx tenha dado boas respostas sobre esse processo, é com a teoria do sistemas-mundo que observamos o amadurecimento dessa posição. Assim, segundo Wallerstein, a economia mundial capitalista foi construída a partir de uma divisão internacional do trabalho, que instaura uma diferenciação entre

² Sobre o círculo vicioso da acumulação, Marx sintetiza: “Vimos como o dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzido mais-valor e do mais-valor se obtém mais capital. Porém, a acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias” (Marx, 2013, p. 785).

várias zonas desta economia (Wallerstein, 1974, p. 162). Essa divisão se organiza a partir do centro que funcionaria como um eixo ao redor do qual surgem áreas periféricas. Essa organização de tipo geopolítica designou historicamente às diferentes áreas “papéis econômicos específicos, desenvolveu estruturas diferentes de classe, usou consequentemente diferentes modos de controle do trabalho e lucrou desigualmente com o funcionamento do sistema” (Wallerstein, 1974, p. 162). O que mais caracterizaria assim a relação entre centro e periferia para Wallerstein seria, desse modo, a diferenciação no que se refere aos modos de trabalho, pois na relação entre centro e periferia:

Não só foram produzidos bens diferentes em setores diferentes da economia mundial, como também foram pagos salários diferentes aos trabalhadores que produziram esses bens diferentes, o que tem sido ao mesmo tempo um meio de transferir excedentes de uma área para outra (assim chamada troca desigual) e um meio de acalmar o protesto social nas áreas centrais politicamente-chave da economia mundial. Podemos ter descoberto esta realidade apenas recentemente, mas como fenômeno social ela remonta ao século XVI (Wallerstein, 1991, p. 122).

Quando Wallerstein aponta o problema da troca desigual como o fator que historicamente deu origem à diferença entre centro e periferia, ele não apenas dialoga com a vertente teórica da dependência³, mas ainda busca retrair a raiz da expansão do capitalismo para áreas até então pré-capitalistas – que corresponde ao processo de colonização. Esses processos expansivos e de acumulação do capital, portanto, instauram uma dinâmica de desigualdade entre as áreas centrais e periféricas que são marcadas por conflitos e contradições, que por sua vez implicam em dinâmicas de crises de tipo sociais, sobretudo no que se refere ao trabalho. A difusão do sistema capitalista para áreas consideradas pré-capitalistas significou a destruição de economias de subsistência e a implementação de relações comerciais e econômicas dependentes de mão de obra explorada – seja por má remuneração, seja por um passado escravista. No capitalismo atual, as dinâmicas coloniais não desaparecem, mas se transformam e, desse modo, apresentam uma persistência. Por conseguinte, é possível apontar um movimento de modulação e adaptação do capitalismo nas áreas geográficas periféricas, de modo que certas relações sociais marcadas por um passado colonial sejam mantidas mediante sua reconfiguração e manutenção. Em outras palavras, isso significa que

³ Independentemente do que queiramos dizer sobre a sua metrópole mercantilista, depois industrial, depois capitalista financeira, nas periferias do sistema capitalista mundial a natureza essencial das relações metrópole-satélite permanece comercial, por mais “feudais” ou pessoais que estas relações possam parecer. Além disso, é através destes laços econômicos, embora, claro, também políticos, sociais, culturais e outros, que, em princípio, e sobretudo também de fato, o trabalhador contratado ocasional está ligado ao arrendatário que o emprega (ou, mais habitualmente, ao proprietário da terra diretamente), o arrendatário ao proprietário e comerciante (ou comerciante/proprietário), que está ligado ao atacadista da metrópole provincial (ou às vezes a um grande comerciante nacional ou internacional), que está ligado ao setor industrial/financeiro/comercial/importação nacional da metrópole que está ligada ao centro metropolitano mundial e, portanto, o osso do dedo do pé mais “isolado” está ligado ao osso da cabeça capitalista mundial. Cada uma destas ligações entre satélite e metrópole é em geral um canal através do qual o centro se apropria de parte do excedente econômico dos satélites. E assim, embora parte do excedente seja apropriado a cada passo da subida, o excedente econômico de cada um dos satélites menores e maiores gravita para cima ou para o centro metropolitano do mundo capitalista” (Frank, 1969, p. 20).

ligações entre gênero, condição social e trabalho, que já estavam presentes nas periferias no período inicial de colonização, continuam na versão atual do capitalismo (Sacks, 1989, p. 538) – como é o caso do trabalho reprodutivo feminino que, atualmente, encontra sua versão periférica no trabalho precarizado das mulheres (ou seja, informal e mal remunerado).

O que podemos concluir é que o trabalho feminino doméstico, entendido sob sua forma informal e com má remuneração, não é um sinal de atraso ou subdesenvolvimento, no sentido de ser contrário e excluído da dinâmica capitalista. De acordo com Bennholdt-Thomsen, Werlhof e Mies (1988, p. 159) é exatamente o oposto que ocorre: não se tratando meramente de “sistemas patriarcais arcaicos remanescentes”, as atividades laborais femininas, precarizadas e de subsistência, não são antitéticas ao desenvolvimento moderno, mas antes são expressão mesma do sistema capitalista periférico. Assim, a ideia de que países “atrasados” são subdesenvolvidos porque não estão totalmente inseridos no capitalismo cai por terra: tais localidades fazem parte do sistema capitalista em escala global, mas sua posição e função enquanto periferia se determina por fenômenos como o trabalho informal, uma profunda desigualdade social interna, matriz econômica extrativista etc. É nesse sentido que Samir Amin, associando o aparato teórico marxista a uma perspectiva da teoria da dependência, afirma a existência de um tipo de capitalismo do centro em contraposição ao capitalismo da periferia – duas formas não apenas econômicas no sentido de modo de produção, mas também sociais na medida em que instauram dinâmicas *sui generis* conflitantes entre si. Sendo uma formação socioeconômica particular, Amin parece estar de acordo com Bennholdt-Thomsen, Werlhof e Mies no que se refere ao capitalismo periférico:

Segue-se que os modos de produção pré-capitalistas não são destruídos, mas são transformados e sujeitos ao modo de produção que predomina tanto à escala mundial como local – o modo de produção capitalista. “Subdesenvolvimento” – uma forma imprecisa de descrever as formações socioeconômicas do capitalismo periférico – refere-se, portanto, à formação cujo processo de transição foi bloqueado (Amin, 1974, p. 38).

De fato, o conflito gerado pela instalação de um regime capitalista em áreas coloniais não só teria desestruturado as relações de trabalho, consumo e de propriedade, mas apresentaria um nível de complexidade ainda maior, na medida em que instaura efeitos de ordem racial. A expansão do capitalismo, portanto, reformula divisões sociais pautadas em diferenças raciais que agora se reformulam à luz de certas estruturas econômicas. Essas divisões sociais se tornam assim o lugar mesmo de conflitos políticos e de tensões sociais, pois implicam uma hierarquia racial que se compatibiliza com dinâmicas do capitalismo – algo que observamos anteriormente quando discutimos uma divisão do trabalho não só de gênero como racial no que se refere ao trabalho produtivo e o reprodutivo nas áreas periféricas do capitalismo. Esse ponto foi abordado, por

exemplo, por Stuart Hall, que indicou a necessidade de pensar relações de raça como intrinsecamente ligadas a processos econômicos. Essas relações se determinaram historicamente, em primeiro lugar, nas épocas de conquista, colonização e dominação mercantil e depois com a dinâmica de dependência entre centro e periferia do capitalismo (Hall, 1980, p. 308). É nesse aspecto que se abre todo um potencial de conflitos e de crises sociais que reúnem problemas econômicos e raciais, assim como de gênero. Sobre as crises sociais que são visíveis em lugares incorporados ao sistema capitalista com processos coloniais e que tiveram suas estruturas sublevadas e modificadas, Hall afirma:

Em parte, isto [as diversas variantes do racismo nas áreas colonizadas] deve ser porque não se pode explicar o racismo abstraindo-se de outras relações sociais – mesmo que, alternativamente, não se possa explicá-lo reduzindo-o a essas relações. Foi dito que existem racismos florescentes nas formações sociais pré-capitalistas. Isto significa apenas que, ao lidar com formações sociais mais recentes, é necessário mostrar até que ponto o racismo é completamente reorganizado e rearticulado com as relações dos novos modos de produção. O racismo nas sociedades escravistas de plantação na fase mercantilista do desenvolvimento capitalista mundial tem um lugar e uma função, meios e mecanismos da sua efetividade específica, que são apenas superficialmente explicados com a tradução destes contextos históricos específicos para outros totalmente diferentes (Hall, 1980, p. 337).

Disso se segue que se torna impossível desvincular a ordem econômica capitalista das próprias tensões e conflitos sociais presentes dos países periféricos. Pois é verdade que nas formações sociais pré-capitalistas havia tanto estruturas patriarcais como estruturas que envolviam diferenças étnicas, mas essas relações são mantidas nos países periféricos à medida em que o capitalismo avança na sua tendência de auto-expansão. É nesse aspecto que se percebe tanto uma hierarquia de gênero conjugada com uma hierarquia racial em tais localidades que se consolidam como o próprio palco e conflitos e crises de ordem social. Poderíamos citar vários exemplos que caracterizam essa dinâmica – por exemplo, a expropriação de terras e propriedades, o tratamento jurídico e político desigual nas democracias liberais que ancoram o sistema capitalista – porém, buscamos ao longo de nossa argumentação apontar como esse fenômeno aparece não só no mundo do trabalho, mas sobretudo no trabalho de reprodução social enquanto trabalho doméstico, que ganha contornos específicos em uma divisão do trabalho racial e de gênero nas periferias do capitalismo global.

Se, portanto, afirmamos que o sistema capitalista, em seu movimento de expansão e acumulação possui a tendência de desestruturar a organização social de localidades até então pré-capitalistas, cabe a pergunta sobre como isso pode se refletir no trabalho nas periferias, principalmente no que se refere ao trabalho feminino e doméstico pago. Haveria, assim, uma forma de capitalismo periférico que se expressa sobretudo no trabalho, inclusive no trabalho feminino – que, como apontamos, se coloca como informal e, na qualidade e serviços, mal remunerado? Nossa

hipótese, é que sim. Torna-se desse modo necessário caracterizar esse tipo de trabalho: que, a nosso ver, apresenta sobretudo *uma divisão não só de gênero, mas também racial*. Quando nos debruçamos para a literatura especializada sobre trabalho doméstico e de cuidados no Brasil, o que observamos são análises e pesquisas empíricas que apontam tanto para como se trata de um trabalho majoritariamente feminino, mas também predominantemente performado por mulheres negras.

Assim, por exemplo, Nadya Guimarães aponta como as origens históricas do trabalho doméstico, que se transforma ao longo do tempo em um trabalho com condições precárias em que as mulheres são submetidas a “horas ilimitadas de trabalho, sem obrigação do empregador de pagar um salário mínimo, sendo sujeitas a assédio e humilhação, assim como demitidas sem justificativa ou compensação” (Guimarães, 2021, p. 134). A autora ainda deixa claro que se trata de uma “versão moderna da servidão experienciada pela maior parte de seus ancestrais negros e miscigenados”. Esse tipo de trabalho evoluirá na atualidade como trabalho comodificado, ou seja, submetido a algum nível de remuneração e predominantemente operado por mulheres (Castilho, Melo, 2009; Hirata, Kergoat, 2020). A transição do trabalho servil feito por mulheres escravizadas, que na atualidade se tornam trabalhadoras domésticas, é também tema de estudos que acentuam o recorte de raça (Nogueira, 2019, p. 25; Ratts, Silva, 2023, p. 195).

Outras análises apontam para a questão de como mulheres de classes altas são as que dispõem de meios para contratação de empregadas domésticas, de modo que a ascensão profissional e econômica do primeiro grupo é assegurada pelo segundo (Monticelli, 2018). Um outro aspecto a ser salientado é como as empregadas domésticas são uma categoria mais propensa a migração internacional, apresentando um fluxo de saída de países periféricos para países do centro do capitalismo em busca de melhores condições de vida (Benería, 2010; Alves, 2019). Todas essas análises, majoritariamente centradas em pesquisas empíricas, revelam aquilo que Lelia González definiu como uma divisão do trabalho que é concomitantemente racial e de gênero: que não apenas coloca o sexismo e o racismo como sustentáculos da ideologia da dominação, mas que, principalmente, faz da mulher negra o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira (González, 2020).

Essa divisão do trabalho que é concomitantemente racial e de gênero, afirmada por Lélia González, funcionaria portanto como uma espécie de marca distintiva do tipo de trabalho doméstico nas periferias do capitalismo – modo de organização laboral que é consistente com as relações de trabalho periféricas formuladas pela teoria dos sistemas-mundo e pela teoria da dependência. É nas periferias do capitalismo que o trabalho de reprodução social enquanto trabalho doméstico apresenta sua versão de maior exploração, uma vez que se trata de um tipo de trabalho informal e

mal pago, profundamente distinto do modelo fordista tradicional de trabalho nos centros. Mas ainda, é também nas periferias que observamos um recorte de gênero e de raça, de modo que se trata de uma forma laboral majoritariamente efetuada por mulheres e, em especial, mulheres negras. E como já apontamos, mesmo que nos centros do capitalismo o trabalho doméstico seja efetutado na qualidade de serviços, na sua grande maioria são mulheres migrantes racializadas que o performam. Longe de ser idêntica ao problema do trabalho de reprodução social da dona de casa, que gratuitamente efetua a manutenção da casa e criação dos filhos, o que se observa no caso das periferias é um tipo de trabalho na qualidade de serviços, marcado por má-remuneração e informalidade.

5. CONCLUSÃO

Tomando o problema da reprodução social como ponto de partida, buscamos demonstrar como a teoria marxista teria pensado a reprodução como condição necessária para o sistema produtivo do capitalismo, sem, contudo, inseri-la no processo direto da produção de mercadorias e do circuito das trocas. O tratamento insuficiente dessa questão impulsionou uma série de posições do pensamento feminista (principalmente nas décadas de 1960 e 1970) que reconheciam a importância de uma abordagem histórica e materialista para questões que envolviam as mulheres, gerando, desse modo, interpretações diversas sobre a reprodução e o trabalho doméstico. Entretanto, como pudemos observar, a pergunta se o trabalho doméstico seria ou não produtivo (se produziria ou não valor de troca) parece ser colocada como secundária diante do fenômeno contemporâneo do trabalho de reprodução social feminino: mesmo que este último não corresponda plenamente à categoria tradicional de trabalho, que historicamente foi vista como o locus da exploração, isso não impede que a realidade do trabalho das mulheres, principalmente nas periferias do capitalismo, seja marcado por uma profunda exploração.

Com efeito, a realidade do trabalho feminino reprodutivo ganha contornos de maior complexidade quando se investiga a realidade das mulheres nos países periféricos do capitalismo. É então que observamos como se instaura uma divisão do trabalho não só marcada por gênero, mas também por aspectos raciais. Partindo do princípio de que a expansão capitalista teria reformulado as estruturas sociais e culturais de países com passado colonial, buscamos determinar não apenas como o capitalismo do centro é diverso do periférico, mas principalmente sobre o potencial de conflitos e crises sociais que se apresenta nas formações sociais periféricas. A auto-expansão do capitalismo implica na própria manutenção de hierarquias raciais e de gênero, a partir da

desarticulação de estruturas sociais tradicionais que agora se tornam o lugar mesmo de tensões e desequilíbrios de ordem social.

Como último ponto a ser abordado, é necessário considerar de que modo a teoria marxista pode ser utilizada nesse tipo de investigação, sem, contudo, desprezar as especificidades no que se refere à questão de gênero como também ao problema étnico-racial. Nesse ponto, torna-se necessário discutir as próprias tendências teóricas que tiveram a reprodução social como seu objeto de estudo. As origens dos debates sobre a reprodução social nas vertentes do feminismo marxista giravam predominantemente ao redor do trabalho doméstico não remunerado operado pela dona de casa. Isso está presente não apenas no caso das autonomistas (Dalla Costa; James, 1972, p. 33; Federici, 2019, p. 68), mas também na Teoria da Reprodução Social (TRS) em seus primórdios (Young, 1981; Vogel, 2013). O fator que mais evidencia essa tendência é o fato de que a problemática da reprodução social era debatida dentro do espectro das categorias marxistas que não a tomavam como trabalho monetarizado, social e que não circularia no mercado. Contudo, as próprias análises da TRS apresentaram uma renovação à medida que o trabalho doméstico passa a ser comodificado na qualidade de serviços (Bhattacharya, 2017, p. 15-16). Mesmo que, contudo, a TRS busque um tratamento que não deixe de fora questões de gênero e de raça, e nem proponha um sistema dual que separe dominação patriarcal de exploração de classe, é necessário compreender como haveria uma divisão do trabalho que seja concomitantemente racial e de gênero a partir das especificidades históricas de cada contexto e localidade.

É nessa medida que a dimensão teórica dos sistemas-mundo e da teoria da dependência encontra toda a sua relevância: uma vez que toma como fundamento teórico o pressuposto de que *o capitalismo não é um sistema homogêneo, que categorias como trabalho e salário são diferenciadas dependendo do recorte geopolítico que se faz*. Além disso, tais considerações se constroem sempre a partir do contexto histórico que determina como as regiões periféricas se formam e consolidam uma divisão racial e de gênero do trabalho. Desenvolve-se desse modo uma análise que nem toma o problema da raça como secundário e nem como um vetor relativamente autônomo que “intersecta” gênero e classe – crítica ao enfoque interseccional que é operada pelos próprios proponentes da TRS (McNally, 2017, p. 96). A abordagem do sistemas-mundo e da dependência surge, portanto, como uma complementação à teoria marxista, de modo a evitar as usuais críticas que lhe são feitas sobre a improcedência da universalidade de suas categorias teóricas: nos referimos aqui, grosso modo, sobre as acusações feitas contra o marxismo de ser uma teoria cega às particularidades culturais, raciais, de identidades de gênero etc. – e que, infelizmente, a TRS nem sempre contemplou com a devida atenção. Tudo isso aponta para a necessidade de uma

reorganização da teoria marxista que considere elementos sociais e culturais que podem ser melhor compreendidos se lançarmos mão da própria diferenciação entre centro e periferia, o que justifica o uso da teoria dos sistemas-mundo e da dependência para tal.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C. “*Heroínas ou Servas do Capital?*”: trabalho reprodutivo migrante e o controle social da força de trabalho de mulheres. 2019. 387 f. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas) – Faculdade de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.
- AMARAL, M. F.; DRUCK, G.; FILGUEIRAS, L. O Conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211 -229, maio/ago. 2004.
- AMIN, S. *Accumulation on a World Scale*. v. I e II. London: Monthly Review Press, 1974.
- ARAÚJO, A. Informalité et relations de genre. In: GEORGES, I.; LEITE, M. *Les nouvelles configurations du travail et l'économie sociale et solidaire au Brésil*. Paris: L'Harmattan, 2012.
- ARRUZZA, C. *Feminismo e Marxismo. Entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Editora Combate, 2010.
- BAKKER, I; SILVEY, R. *Beyond States and Markets: The challenges of social reproduction*. New York: Routledge, 2008.
- BARRERA, M. *Race and class in the Southwest*. Notre Dame: University of Notre Dame, 1979.
- BENERÍA, L. Travail rémunéré, non rémunéré et mondialisation de la reproduction. In: Falquet, J; Hirata, H; Kergoat, D; Labari, B; Le Feuvre, N; Sow, F (org.). *Le sexe de la mondialisation*. Paris: SciencesPo, 2010.
- BENNHOLDT-THOMSEN, V. Subsistence production and extended reproduction. A contribution to the discussion about modes of production. *The Journal of Peasant Studies*, v. 9, n.4, p. 241-254, 1982.
- BENNHOLDT-THOMSEN, V.; VON WERLHOF, C.; MIES, M. *Women: The Last Colony*. London: Zed Books, 1988.
- BENSTON, M. The political Economy of Women's Liberation. *Monthly Review*, v. 21, n.4, p.13-27, set.1969.
- BHATTACHARYA, T. How Not to Skip Class: Social Reproduction of Labor and the Global Working Class. In: BHATTACHARYA, T (org.). *Social Reproduction Theory*. London: Pluto Press, 2017a.
- BHATTACHARYA, T. Introduction: Mapping Social Reproduction Theory. In: BHATTACHARYA, T (org.). *Social Reproduction Theory*. London: Pluto Press, 2017.
- BRENNER, J; LASLETT, B. Gender and Social Reproduction: Historical Perspectives. *Annual Review of Sociology*, v. 15, p. 381-404, 1989.
- CACCIAMALI, M.C. Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, Campinas,

v. 14, p. 153-174, jun. 2000.

CASTILHO, M; MELO, H. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? *Revista Economia contemporânea*, Rio de Janeiro, v.13, n. 1, p.135-158, jan./abr. 2009

COULSON, et. al. “The Housewife and her Labour under Capitalism”: a Critique. In: MALOS, E. *The politics of Household*. London: Allison & Busby, 1980.

DEDECCA, C.; MENEZES, W. A Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: Rendimentos e principais características. *Nexus Econômicos*, v. 6, n.2, p. 11–42, jan. 2012.

DELLA COSTA, M; JAMES, S. *The Power of Women and the Subversion of the Community*. London: Falling Wall Press, 1972.

FALQUET, J. Hommes en armes et femmes “de service”: tendances néolibérales dans l’évolution de la division sexuelle et internationale du travail. *Cahiers du Genre*, v. 1, n. 40, p. 15-37, 2006.

FEDERICI, S. *O ponto Zero da Revolução*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERGUSON, A. Women as a new Revolutionary class in the United States. In: WALKER, P. *Between Labor and Capital*. Boston: South End Press, 1979.

FERGUSON, A; MCNALLY, D. Capital, força de trabalho e relações de gênero. *Revista Outubro*, n. 29, p. 23-59, nov. 2017

FRANK, G. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil*. New York: Monthly Review Press, 1969.

GLENN, E. Racial Ethnic Women's Labor: The Intersection of Race, Gender and Class Oppression. *Review of Radical Political Economics*, v.17, n.3, p.88-108, 1985.

GLENN, E. From Servitude to Service Work: Historical Continuities in the Racial Division of Paid Reproductive Labor. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol.18, n.1, p.1-43, 1992.

GONZÁLEZ, L. Mulher Negra. In: LIMA, M; RIOS, F (org.). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

GUIMARÃES, N. The Circuits of Care: Reflections from the Brazilian Case. In: GUIMARÃES, N; HIRATA, H. *Care and Care Workers: A Latin America Perspective*. Cham: Springer, 2021.

HALL, S. Race, Articulation and Societies structured in Dominance. In: UNESCO (org.) *Sociological theories: Race and Colonialism*. Paris: UNESCO, 1980.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, n. 53, p. 22-34, jun./dez. 2020.

HOPKINS, C. Mostly Work, Little Play: Social Reproduction, Migration and Paid Domestic Work in Montreal. In: BHATTACHARYA, T (org.). *Social Reproduction Theory*. London: Pluto Press, 2017.

MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. *O Capital: livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCNALLY, D. Intersections and Dialectics: Critical Reconstructions in Social Reproduction

- Theory. In: BHATTACHARYA, T (org.). *Social Reproduction Theory*. London: Pluto Press, 2017.
- MIES, M. *Patriarchy and Accumulation on a Global Scale*. London: Zed Books, 1986.
- MOHANDESI, S; TEITELMAN, E. Without Reserves. In: BHATTACHARYA, T (org.). *Social Reproduction Theory*. London: Pluto Press, 2017.
- MONTICELLI, T. Cuidado e Poder: as relações do trabalho doméstico remunerado através da cultura doméstica. In: TAMANINI, M. et al. (org.) *O cuidado em cena: desafios políticos, teóricos e práticos*. Florianópolis: UDESC, 2018.
- NOGUEIRA, T. *A Cor das empregadas: desigualdades de gênero, raça e classe no cotidiano do trabalho doméstico remunerado do Rio de Janeiro*. 2019. 89 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.
- PLÁ, B. V. Dependency theory meets feminist economics: a research agenda. *Third World Quarterly*, dez. 2023, p. 1-18
- RAGO, M. Trabalho feminino e Sexualidade. In: DEL PRIORE, M. (org.) *História das Mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- RATTS, A; SILVA, A. A Mulher negra e o Trabalho doméstico nas Perspectivas de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, Sobral, v. 25, n.1, p. 189-207, 2023.
- SACKS, C. B. Toward a Unified Theory of Class, Race, and Gender. *American Ethnologist*, V. 16, N. 3, p. 534-550, ago., 1989.
- SAFFIOTI, H. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.
- SECCOMBE, W. *The Housewife and her Labour under Capitalism*. London: IMG Publications, 1978
- SMITH, P. Domestic labour and Marx's theory of value. In: KUHN, A; WOLPE, A. *Feminism and Materialism. Women and modes of production*. London: Routledge and Kegan Paul, 1978.
- VÁSCONEZ, A. Mujeres, hombres y las economías latinoamericanas: un análisis de dimensiones y políticas. In: ESQUIVEL, V. (org.). *La economía feminista desde América Latina. Una hoja de ruta sobre los debates actuales en la región*. Santo Domingo: ONU Mujeres, 2012.
- VOGEL, L. *Marxism and the Oppression of Women*. Leiden: Brill, 2013.
- WALLERSTEIN, I. *The Modern World-system I*. New York: Academic Press. 1974
- WALLERSTEIN, I. *The Capitalist World-economy*. New York: Cambridge University Press, 1991.
- YOUNG, I. Beyond the unhappy marriage: a Critique of the dual systems theory. In: SARGENT, L. *Women & Revolution*. Montreal: Black Rose Books, 1981.

Licença e Direitos:



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).